

**VIOLÊNCIA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO
TOCANTINS: CAMPONESES, INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E O
AGRONEGÓCIO DA PALMA**

**VIOLENCE AND TERRITORIAL DISPUTES IN THE TOCANTINS
INTEGRATION REGION: PEASANTS, INDIGENOUS, QUILOMBOLAS AND
PALMA AGRIBUSINESS**

**VIOLENCIA Y DISPUTAS TERRITORIALES EN LA REGIÓN DE
INTEGRACIÓN DE TOCANTINS: CAMPESINOS, INDÍGENAS,
QUILOMBOLAS Y AGRONEGOCIOS DE PALMA**

Brenda barros teixeira

Universidade do Estado do Pará, Brasil

<http://orcid.org/0009-0009-4067-5874>

teixeirabarrosbrenda@gmail.com

João Victor Rocha Leão

Universidade do Estado do Pará, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-4269-2557>

leaojoaovitor@gmail.com

Cátia Oliveira Macedo

Universidade do Estado do Pará, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-4318-6234>

ccatiammacedo@gmail.com

RESUMO

No estado do Pará, com enfoque nas disputas territoriais, violências e desigualdades socioambientais que emergem do avanço do agronegócio, a pesquisa explora como a produção de dendê, inserida em uma lógica de monocultura voltada à exportação,

desencadeia a expropriação de territórios tradicionalmente ocupados por quilombolas, indígenas e camponeses. Metodologicamente, o estudo se apoia em levantamentos bibliográficos e análises documentais para compreender as transformações no uso do território e nas dinâmicas de conflito relacionadas à territorialização do capital agrícola. Identifica-se que o modelo adotado intensifica práticas de exploração, marginalização das comunidades locais e degradação ambiental, afetando solos e corpos hídricos devido ao uso intensivo de agrotóxicos. Além dos dados levantados em campo, a pesquisa documental nos permitiu adentrar nos conflitos físicos e simbólicos que constituem as relações entre o agronegócio e as comunidades locais. Assim, o trabalho ressalta a territorialização da violência, associada às práticas de cultivo do dendê e a urgência de estratégias políticas e sociais que promovam o fortalecimento das comunidades locais.

Palavras-chave: Território; dendeicultura; violações territoriais.

ABSTRACT

In the state of Pará, focusing on territorial disputes, violence and socio-environmental inequalities that emerge from the advance of agribusiness, the research explores how palm oil production, inserted in a monoculture logic focused on export, triggers the expropriation of territories traditionally occupied by quilombolas, indigenous people and peasants. Methodologically, the study is based on bibliographical surveys and documentary analyzes to understand the transformations in the use of territory and the conflict dynamics related to the territorialization of agricultural capital. It is identified that the model adopted intensifies exploitation practices, marginalization of local communities and environmental degradation, affecting soils and water bodies due to the intensive use of pesticides. In addition to the data collected in the field, documentary research allowed us to delve into the physical and symbolic conflicts that constitute the relationships between agribusiness and local communities. Thus, the work highlights the territorialization of violence, associated with palm oil cultivation practices, and the urgency of political and social strategies that promote the strengthening of local communities.

Keywords: Territory; oil palm farming; territorial violations.

RESUMEN

En el estado de Pará, centrándose en las disputas territoriales, la violencia y las desigualdades socioambientales que emergen del avance del agronegocio, la investigación explora cómo la producción de aceite de palma, insertada en una lógica de monocultivo centrada en la exportación, desencadena la expropiación de territorios tradicionalmente ocupados por quilombolas, indígenas y campesinos. Metodológicamente, el estudio se basa en levantamientos bibliográficos y análisis documentales para comprender las transformaciones en el uso del territorio y las dinámicas de conflicto relacionadas con la territorialización del capital agrícola. Se identifica que el modelo adoptado intensifica las prácticas de explotación, marginación de las comunidades locales y degradación ambiental, afectando suelos y cuerpos de agua debido al uso intensivo de pesticidas. Además de los datos recolectados en campo, la investigación documental permitió profundizar en los conflictos físicos y simbólicos que constituyen las relaciones entre la agroindustria y las comunidades locales. Así, el trabajo resalta la territorialización de la violencia, asociada a las prácticas de cultivo de palma aceitera, y la urgencia de estrategias políticas y sociales que promuevan el fortalecimiento de las comunidades locales.

Palabras Clave: Territorio; cultivo de palma; violaciones territoriales.

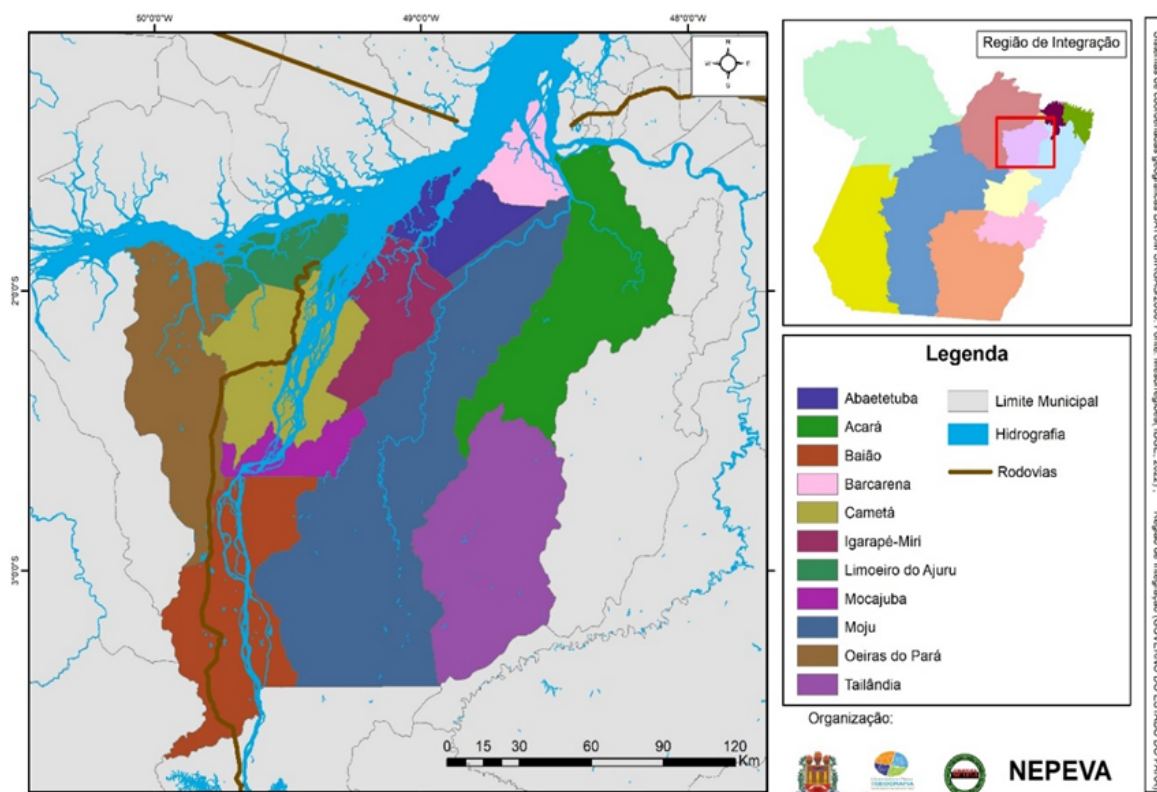
INTRODUÇÃO

A conformação da Região de Integração do Rio Tocantins (RI Tocantins) definiu-se a partir do ano de 2007 pelo Governo do Estado do Pará, visando abrir possibilidades para a uma leitura mais aprofundada do estado, suas diferentes formas de ocupação, de desenvolvimento social e econômico (Bastos et al., 2010).

Tal regionalização a nível estadual centra seus esforços no planejamento, monitoramento e avaliação das ações governamentais. Contudo, questiona-se os limites do potencial da reconfiguração dos municípios, sendo ela uma possível descentralização responsável por novas centralizações, anulando por consequência outras áreas e as problemáticas que as estruturam (Bastos et al., 2010).

Formada às margens do rio Tocantins, a RI (Figura 1) é composta por onze municípios, sendo estes: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Figura 1: Região de Integração do Rio Tocantins



Fonte: Autores, 2023.

A RI abriga cerca de 803 mil habitantes, sendo equivalente a 10% da população do estado, estendendo-se por área de 35.965 km² (FAPESPA 2019). Na RI Tocantins se concentram as áreas mais antigas de ocupação europeia no estado do Pará. Trata-se de uma região fortemente marcada pela presença dos rios que adentram o território, migrando para as terras firmes como estágio superior de ocupação. Com a integração da Amazônia paraense ao resto do Brasil, o acesso por rodovias ganhou importância para a constituição de vilas e cidades (Bastos et al., 2010).

A RI Tocantins forjou sua realidade em dois distintos formatos: uma formação tradicional, ligada à exploração da região pelo regime de ocupação dos povos originários e outra, associada aos novos processos agroindustriais impostos à região. Na ala pioneira, encontramos como elo o modo de vida ribeirinho e as relações com o extrativismo vegetal, pesca e agricultura camponesa materializada na realidade dos quilombolas e dos indígenas voltadas para o coletivismo e as dinâmicas próprias de valorização do sistema comum do uso da terra (Bastos et al., 2010).

Com recorte voltado às novas dinâmicas, atenta-se a existência de novos modelos de desenvolvimento, postos à região. Sendo destaque no recorte da pesquisa o Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) e o Programa Sustentável de Produção de Óleo de Palma (PSOP), criados pelo Governo Federal em 2010. Tal movimento governamental buscou assentar-se no cooperativismo entre os indígenas, quilombolas e camponeses, sendo o “desenvolvimento sustentável” a frente direta das empresas do capital de palma (Drouvot e Drouvot, 2012).

Porém, as ações empregadas pelas empresas de palma envolvem o assalariamento das comunidades e o avanço sobre suas terras, sendo essa a estratégia de monopolização do território que conflui em violências impostas aos povos do campo, concentrando-se nos municípios de Acará e Moju, tal confronto se denomina de “Guerra do Dendê” (Marin e Backhouse, 2014).

Os municípios que compõem o território da RI Tocantins compartilham características gerais da região como um todo. Relacionadas à questão agrária, a área apresenta pontos comuns a partir das violências e disputas territoriais que envolvem a produção da agroindústria do dendê, “às empresas do agronegócio do dendê possuem estratégias de mercado e atuações diferenciadas, mas os resultados são similares: concentração fundiária e diminuição da produção de alimentos” (Leão, Leão e Bandeira, 2023, p. 07).

Nesse sentido nos questionamos, como a violência no campo, na RI Tocantins se apresenta no contexto de territorialização do capital da palma?

Nos atentamos na compreensão da forma como se assentam as empresas de palma na Região de Integração do Tocantins que estão no cerne das disputas territoriais devido ao capital do dendê tendo então como objetivo discutir as faces da violência no campo relacionadas ao avanço da dendeicultura na RI e seus os impactos às comunidades, ressaltando as violências patentes e latentes, as quais afetam indígenas, quilombolas e camponeses.

METODOLOGIA

A pesquisa das relações entre o agronegócio do dendê e as violências que dele emerge afetando diretamente comunidades campesinas, territórios quilombolas e indígenas na RI do Tocantins, adota como procedimentos metodológicos passos necessários à elaboração científica, tendo como caminho o levantamento dos dados, a análise da realidade e a elaboração dos resultados.

Nesse sentido, partimos de um levantamento bibliográfico voltado aos estudos das relações sociais na Amazônia, aos debates referentes ao conceito de território e aos levantamentos das dinâmicas da violência.

Desbravando a teoria, a pesquisa constitui-se através dos escritos de Bastos et. al. (2010) e suas investigações a respeito da concepção da Região de Integração do Tocantins, Porto-Gonçalves (2017) e seu foco nos aspectos socioespaciais e territoriais da Amazônia, e Macedo e Sousa (2015); Sousa e Macedo (2019) que tratam da abordagem crítica da territorialização do dendê no estado do Pará (Quadro 1).

Quadro 1: Principais autores e síntese das obras da pesquisa

Autores	Síntese das obras
Bastos et. al. (2010)	Em “Economia e Sociedade na Região do Tocantins, Pará”, Bastos et. al. (2010) analisa o desenvolvimento da Amazônia paraense e a formação de suas Regiões de Integração, pautando a deficiência econômica e equidade social como elementos em desequilíbrio na região. Fazendo juz ao pluralismo, a Amazônia

	paraense é imersa em características singulares à nível municipal, proporcionando uma visão complexa acerca da economia, da sociedade e do meio ambiente.
Porto-Gonçalves (2017)	“Amazônia: Encruzilhada Civilizatória, Tensões Territoriais em curso” de Porto-Gonçalves (2017) propõe a análise dos conflitos no território da região, trabalhando o capitalismo como elemento principal do desenrolar das tensões locais, analisando as intervenções econômicas e sociais que norteiam o comportamento da sociedade. É destacado na obra o papel da Amazônia na contemporaneidade enquanto fornecedora de matérias primas, como fonte de recursos a ser explorada e promotora do potencial das relações entre homem e natureza.
Macedo e Sousa (2015); Sousa e Macedo (2019)	Em “Agronegócio do dendê e campesinato no Pará” e “Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas” encontramos as referências da análise crítica da expansão do dendê no Pará. Macedo e Souza (2015) abordam as ações do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os projetos de incentivo à produção dos agrocombustíveis, voltados ao discurso do incentivo de práticas sustentáveis e do desenvolvimento social. A abordagem atenta a disseminação dos novos projetos associados a velhas práticas, interferindo nas comunidades do entorno e cravando no território processos de disputas entre a lógica do agronegócio e o modo de vida local. Em (2017) os autores trabalham para além destas perspectivas as resistências presentes no campo e adotadas pelo campesinato, diante da pressão econômica exercida sobre suas terras e formas de autonomia.

Elaboração: Autores (2025).

Foram analisados materiais documentais como notas de lideranças camponesas, jurisprudências, associações, sindicatos, reportagens, jornais, blogs, sites governamentais e

acadêmicos que aprofundaram na questão do dendê. Analisamos também dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) referente aos anos de 2004 a 2022.

Contamos com a elaboração cartográfica, visando por meio dela a exploração visual e a explanação dos dados em meio a realidade abordada. A cartografia possibilitou a compreensão da magnitude da região e a configuração dos municípios, bem como a territorialização da produção de dendê na Região de Integração. A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, observando e analisando as relações socioestruturais da Região de Integração do Tocantins, suas relações internas e seus territórios.

A pesquisa ganha características básicas ao buscar compreender conhecimentos enriquecedores ao avanço da ciência geográfica, trabalhando com temas voltados para o campo e em especial a Região de Integração do Tocantins, região modificada por muitas realidades que envolvem o avanço das monoculturas e das grandes propriedades privadas.

Na primeira parte do texto nos voltamos ao estudo da Região de Integração do Tocantins, uma das mais antigas áreas de ocupação colonial do Pará com sua formação socioespacial marcada pelo uso do rio pelo assentamento humano impulsionado pela colonização agrícola. A região é marcada por profundas desigualdades socioeconômicas abrindo espaço para o grande constante entre os seus municípios. Apesar de contribuir com 7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e se destacar na produção de dendê e pela exportação de minérios, a desigualdade persiste, revelando disparidades que refletem as desigualdades vivenciadas pelos municípios, mesmo em áreas consideradas economicamente desenvolvidas.

Na parte seguinte, nos aprofundamos nas relações que envolvem a produção de dendê enquanto atividade econômica de destaque, sendo a região de estudo a maior produtora da oleaginosa no Pará. Sua expansão está ligada ao uso do dendê como fonte de agroenergia, promovendo amplo manejo agrônômico, mas também gerando impactos sociais e ambientais significativos, seguindo práticas que reforçam desigualdades, subordinando e expulsando as comunidades e transformando os territórios em economias de enclave voltadas à exportação.

A terceira e última parte se volta para os aspectos da violência que emana da produção de dendê na região, sendo essa violência expressa por conflitos socioambientais entre grandes empresas e as comunidades locais. A expansão da monocultura, impulsionada pelo agronegócio e voltada ao mercado global, territorializa violações de direitos, expulsões, contratos abusivos e degradação ambiental, especialmente nos territórios indígenas, quilombolas e camponeses. E, por fim, as considerações finais.

Conformação socioespacial da Região de Integração do Rio Tocantins

A região do rio Tocantins se configura como uma das mais antigas áreas de ocupação colonial do Estado do Pará. O rio se fez – e ainda faz – presente no processo de assentamento humano da Amazônia, por se tratar de uma forma de transporte de pessoas e bens de consumo. A ocupação da RI Tocantins e o objetivo da colonização agrícola se destacaram em meio a dimensão de domínio de uma elite da região (Bastos et al., 2010).

A formação socioespacial da RI Tocantins compreende a ocupação das terras e a permanência com grandes ferramentas de unidades econômicas dos séculos XIX e a primeira metade do século XX, que após se confluíram a construção de novos sistemas agrários e novas dinâmicas de conflitos (Bastos et al., 2010).

Em 1633, o governador do estado deu para seu filho Feliciano Coelho de Carvalho a concessão de “todas as terras do Cametá” para fazer suas capitânicas, organizando um sistema de indígenas para a formação de tropas rumo ao trabalho nas terras. Em Bastos et al. *apud* Chambouleyron (2005), consta que as capitânicas de Cametá, no entanto, passaram a enfrentar problemas devido ao povoamento e as dificuldades de colaboração dos moradores da região e de autoridades do estado do Pará.

Durante os séculos de XVII e XVIII a formação de fazendas e engenhos da região contou com a introdução de escravizados de origem africana e a submissão dos indígenas sob o controle dos colonizadores. Devido a intensos movimentos de ocupação realizados por franceses e holandeses, os portugueses intensificaram sua colonização através do rio Tocantins (Bastos et al., 2010).

A presença de quilombos e povos indígenas no vale do Tocantins é inquestionável principalmente em comunidades rurais à beira dos rios e igarapés da região. Existe uma frequência de quilombos nos rios Acará, Moju, Capim e Guamá, sendo a presença mais expressiva nas áreas rurais dos municípios (Bastos et al., 2010).

O que concerne às questões dos multi territórios na RI Tocantins, os municípios do Acará, Baião e Moju contam com territórios e comunidades indígenas (IBGE, 2019). Porém, à procura de dados, as comunidades indígenas se restringem a poucos materiais sobre seu uso e ocupação na RI.

No que se diz a respeito as Unidades de Conservação (UC's, nos municípios que compõem a Região de Integração do Tocantins se localizam duas unidades de conservação,

sendo elas a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho em Baião e a Reserva Extrativista Arióca Pruanã em Oeiras do Pará (SEMAS, 2023).

As comunidades quilombolas da região estão presentes em oito dos onze municípios, exceto em Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Tailândia. A colonização portuguesa deixou na região uma ocupação com forte presença de pretos nas fazendas, engenhos e outras propriedades. Dessa maneira, o processo de ocupação legou cultura preta na região quando se observa as comunidades catalogadas pela Fundação Cultural Palmares (2019). Estas comunidades se desenvolveram sobretudo através da produção familiar e do extrativismo, construindo uma relação com a terra para além do seu uso enquanto mercadoria.

O município mais populoso da RI é Abaetetuba, com 158.188 habitantes, seguido de Cametá, a segunda cidade mais antiga do Pará, com 134.184 e em contrapartida, o município menos populoso é Mocajuba, com 27.198 pessoas (IBGE, 2022).

A respeito da densidade demográfica, Abaetetuba conta com a maior índice populacional, sendo 98,21 habitantes/km², os municípios que apresentam as menores densidades são Moju e Oeiras do Pará, com respectivamente 9,25 e 8,79 habitantes/km² (IBGE, 2022). A RI Tocantins apresenta a quarta maior taxa de pobreza do Pará, com 48,1%, além disso também é dona da sexta maior taxa de mortalidade infantil do Estado, correspondendo a 17,13%. No quadro abaixo destacamos dados populacionais, demográficos e extensão territorial (Quadro 2):

Quadro 2: Região de Integração do Rio Tocantins: população, área territorial (km²) e densidade demográfica (2022)

Municípios	População Estimada Total [2022]	Área Territorial km²	Densidade Demográfica
Abaetetuba	158.188	1.610,654 km ²	98,21 habitantes por km ²
Acará	57.385	4.344,384 km ²	13,59 habitantes por km ²
Baião	51.641	3.759, 834 km ²	13,73 habitantes por km ²
Barcarena	126.650	1.310,338 km ²	96,65 habitantes por km ²

Cametá	134.184	3.081, 367 km ²	43,55 habitantes por km ²
Igarapé-Miri	64.831	1.996,790 km ²	32,47 habitantes por km ²
Limoeiro do Ajuru	29.569	1.490,185 km ²	19,84 habitante por /km ²
Mocajuba	27.198	871,171 kmm ²	31,22 habitante por /km ²
Moju	83.039	9.094,139 km ²	9,25 habitantes por km ²
Oeiras do Pará	33.844	3.852,291 km ²	8,79 habitantes por km ²
Tailândia	72.493	4.430,477 km ²	16,36 habitantes por km ²
Região de Integração do Tocantins	855.399	35.838 km ²	23,9 habitantes por km ²
Pará	8.120.131	1.245.870,704 km ²	6,52 habitantes por km ²

Fonte: IBGE (2022).

Torna-se fundamental observar os dados coletados do IBGE (2022) para a análise a respeito da extrema desigualdade presente na RI Tocantins. Quando se trata de indicadores socioeconômicos, por exemplo, o município de Barcarena tem o 6º maior PIB per capita do estado do Pará, em contraponto, o município de Oeiras do Pará ocupa o 69º lugar.

A respeito da economia, a RI equivale a 7% do PIB paraense, com R\$ 6,6 bilhões em 2019 (IBGE, 2022). O Valor Adicionado (VA) se concentra principalmente na indústria, na agropecuária e no setor de serviços. Os destaques do agronegócio são o plantio do dendê, sendo a maior RI produtora da oleaginosa no estado, contando com 71,23% de toda produção. A pipericultura também entra em foco, sendo a terceira maior produtora de pimenta-do-reino, com 19,42%. Além disso, conta com o título de maior produtora de açaí (47%) e coco (51%)

(FAPESPA, 2019). O município de Barcarena, gera receita com a extração e exportação de minérios, como alumina (53%), alumínio (30%) e carvão mineral (12%) (FAPESPA, 2019).

Em que compreende os dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (IBGE, 2010) observa-se pequenas elevações nos municípios com mais áreas ditas “desenvolvidas” como Barcarena com 0,662 de IDH, mesmo com grande destaque na desigualdades de renda (Bastos et al *apud* Monteiro, 2010) e o menor IDH, sendo do município do Acará com 0,506 (Bastos et al., 2010). É importante destacar que esses valores médios não refletem as desigualdades vivenciadas entre os indivíduos dos municípios, sendo esse um caminho padronizado adotado pelo instituto

Os domínios da palma

A RI Tocantins apresenta significativa desigualdade no que diz respeito ao desempenho econômico, abrangendo outros aspectos supracitados, como a pobreza nos municípios que compõem a região.

O complexo de Vila do Conde, um dos maiores distritos industriais do estado do Pará, é responsável por desenvolver atividades relacionadas a indústria de alumínio, alumina e óleo de dendê, mais a RI Tocantins é a maior produtora de açaí com 56%, coco-da-baía 62% e ainda sendo o maior produtor de mandioca do estado 16% da produção total (FAPESPA, 2022).

Sendo assim, principalmente em Abaetetuba, Acará, Barcarena, Cametá e Tailândia há a relação da econômica com o desenvolvimento de empresas focadas no extrativismo vegetal e o movimento de políticas públicas de desenvolvimento (Cordeiro et al., 2017).

Desta maneira o salário médio por trabalhador formal demonstra valores baixos para a população, sendo os municípios de Moju e Tailândia com o menor valor de salário médio por trabalhador com 1,7 salários mínimos, em contrapartida Barcarena apresenta-se como o município com o maior valor sendo de 2,7 salários mínimos (IBGE, 2022).

No entanto, destaca-se em meio às dinâmicas de produção na região a agroindústria do dendê, sendo seu impacto territorial guia dos estudos de Macedo e Sousa (2015), Sousa e Macedo (2019), Santos; Nahum; Santos (2020) e Silva (2021).

Apesar de representar significativa importância cultural e econômica em territórios produtores do continente africano, em outras regiões (Sudeste da Ásia e América do Sul), o

dendê passou a tramitar como fonte de agroenergia, promovendo extenso manejo agrônomo e de monocultura extensiva (Silva, 2021; Santos, Nahum e Santos, 2020).

A expansão do dendê está associada a uma demanda capitalista que visa investir em discursos que propõem alternativas energéticas, renováveis e sustentáveis, além de ser um elemento fortemente utilizado no mercado de cosméticos.

Devido à sua alta produtividade por hectare, versatilidade, forte adaptação e grandes incentivos governamentais, grandes práticas de manejo agrônomo em larga escala foram implementadas e impulsionadas no nordeste paraense, caracterizadas pelo cultivo intensivo e pela transformação de ecossistemas naturais em monoculturas de dendê.

A expansão do dendê na Amazônia relembra o fenômeno que Zibechi (2023) chamou de extrativismo de modo neocolonial no sul global contra os povos, prevendo um processo de estado de exceção, onde as comunidades são expulsas e dão lugar às práticas impostas pela mineração e as monoculturas. Desta forma, se fortalecem relações assimétricas, fundando economias de enclave, não relacionadas com a forma social local, exploradoras e de exportação significativa.

Essa dinâmica aprofunda a dependência econômica das regiões produtoras e gera impactos socioambientais irreversíveis, como a contaminação de solos e rios e a redução da biodiversidade. As monoculturas frequentemente empregam práticas que precarizam as condições de trabalho e marginalizam populações tradicionais, desarticulando formas de organização social historicamente consolidadas (Zibechi, 2023).

Essa lógica neocolonial reforça um padrão de desenvolvimento que privilegia grandes corporações e mercados globais, enquanto comunidades locais enfrentam os custos socioambientais, sem participação efetiva nos benefícios gerados. Nesse contexto, questionar tais práticas e propor alternativas inclusivas e sustentáveis torna-se urgente para proteger os direitos humanos, culturais, ambientais e territoriais (Zibechi, 2023).

Há nesse contexto a manifestação das multinacionais reestruturando aspectos políticos e abrindo espaço para uma governança a partir de seus preceitos. Macedo e Sousa (2015) e Sousa e Macedo (2019) ressaltam o panorama de subordinação do campesinato em relação com a agroindústria do dendê que no nordeste paraense se baseia em velhas práticas por efeito de novos projetos de ordem do capital de matriz territorial.

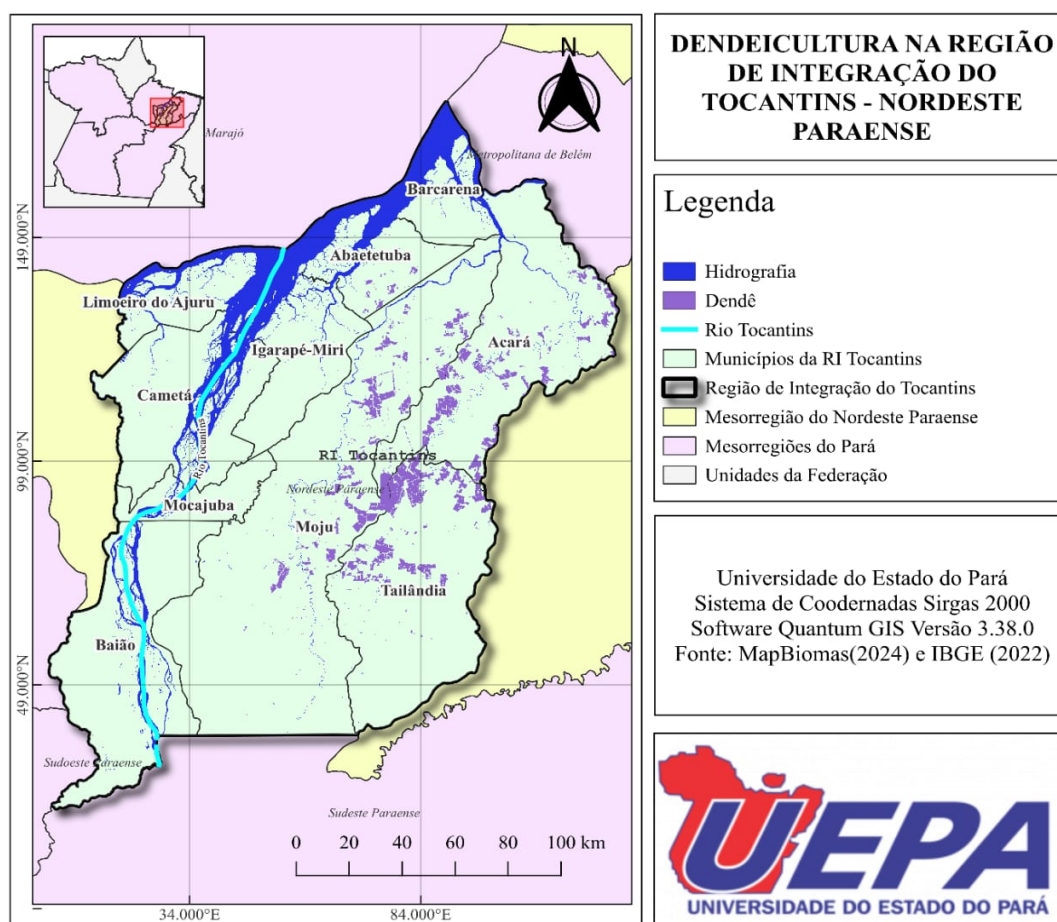
A subordinação das populações locais se caracteriza pela vertente política e econômica, dentro da relação entre empresas e trabalhadores, os marginalizando. Entretanto, a subordinação não se dá apenas no plano material, mas também ideológico. Em muitos

contextos, o campo foi integrado a narrativas e estruturas que naturalizam sua posição subordinada na sociedade, através de práticas religiosas, culturais ou educacionais que reforçam a hierarquia social.

Os municípios que integram a Região de Integração Tocantins estão inseridos em uma dinâmica produtiva fortemente influenciada pela expansão da dendeicultura (Figura 2), com destaque para Moju, Acará, Abaetetuba e Tailândia.

A intensificação desse modelo agrícola impõe uma pressão significativa sobre os territórios ocupados por comunidades camponesas, quilombolas e indígenas, resultando em impactos socioambientais expressivos. Essas repercussões se manifestam por meio de diversas formas de violência, que podem ser tanto estruturais quanto diretas, tendo como principal característica a violação de direitos fundamentais. Dentre essas violações, resalta-se a restrição ao acesso e ao usufruto dos igarapés, frequentemente comprometidos pela contaminação causada pelo uso de agrotóxicos.

Figura 2: Áreas de dendeicultura na Região de Integração Tocantins



Fonte: Autores, 2024.

Devido aos incentivos dos projetos de desenvolvimento vinculados ao PNPB e PSOP, despontam no começo do século XXI empresas ligadas ao agronegócio da palma, a exemplo da Marborges LTDA, da AgroPalma, da BioVale e mais recentemente a Brasil BioFuels (BBF) “a maior produtora de palma do mundo” (BBF, 2023).

Para compreender as tensões envoltas nos conflitos do dendê acionamos a noção de territorialidade, que em Porto-Gonçalves (2017) configura o conjunto de ações humanas sobre o espaço geográfico.

Com a introdução dos grandes projetos de desenvolvimento, na Amazônia, nota-se a crescente acentuação das tensões, pois está em jogo a transformação dos recursos naturais em mercadorias para o grande comércio global. Porto-Gonçalves e Leão (2020) entendem a chegada do desenvolvimento como estimulantes dos perigos vindos com as intervenções de grandes empresas sobre a natureza e o território.

Desta forma, é analisado na Região de Integração do Tocantins a inserção dos grandes projetos públicos de incentivo ao capital da palma e o marco regulatório da necessidade de ampliar a produção e o consumo na escala comercial, com o enfoque na sustentabilidade e inclusão social, pautando seu desenvolvimento alinhando as estratégias do Governo Federal.

As faces da violência e o território enquanto projeção de análise

Entrevemos a construção do conceito de território e sua importância para a vida no campo enquanto seu caráter multidimensional de promoção e projeção das lutas. Como conceito, o território assume a intencionalidade e a interpretação pretendida em suas definições de interesse, ganhando significados diferentes a partir do seu ponto formulador (Fernandes, 2008).

Em caráter histórico, o uso do termo nos remete ao Império Romano enquanto aporte a uma organização nuclear urbana, recebendo no contexto europeu o viés político-administrativo. Na atualidade o termo vincula-se ao exercício da soberania e aos limites políticos do Estado-nação de forte leitura predominante:

Se nos reportarmos à origem etimológica, entretanto, *territorium* pode ser relacionado tanto a terra, espaço material, concreto, quanto a *terrere*, do verbo amedrontar. Assim, de alguma forma pode-se afirmar que o território nasce com uma dupla conotação: uma, mais material-funcional, outra, mais simbólico-afetiva (Haesbaert, 2023, p. 01).

Das relações sociais emergem os processos formadores de territórios, pois nessas relações encontram-se o poder que “deve ser qualificado, pois, dependendo da perspectiva teórica, pode compreender desde o ‘anti-poder’ da violência até as formas mais sutis do poder simbólico” (Haesbaert, 2010, p. 22).

Porto-Gonçalves (2010) em sua análise destaca a importância de avançar para além do conhecimento eurocentrista impregnado no saber, e propõe uma nova racionalidade na feitura do conhecimento a superação da colonialidade. Seus escritos sugerem a emancipação do saber, não negando a importância da produção europeia, mas reconhecendo a existência de outros percursos teóricos e metodológicos.

No contexto neoliberal e, por conseguinte, de intensificação do colonialismo do saber, em meio globalizado, a relação entre territórios e saberes amplia seu sentido, firmando a intensificação dos processos sociais de territorialização que consolidam diferentes seres e saberes por meio territorial.

Através da diversidade cultural e social busca-se o caminho para a legitimidade, apropriando e dando caminhos de r-existência a grupos tradicionalmente subalternizados (Porto-Gonçalves, 2010).

Desta forma, vislumbramos o território enquanto espaço demarcado a partir de diversas relações, sejam elas de caráter econômico, social, cultural ou político (Cantelmo, Lobo e Garcia, 2015). Criando e recriando pares inversamente dialéticos, o território emerge como a máxima do “quem domina quem e como?”, pela via dos conflitos. Na RI Tocantins, observa-se o protagonismo exercido pelo capital da palma, enquanto quilombolas, indígenas e camponeses encontraram-se subalternizados devido a precarização imposta a sua existência.

É sabido que as disputas e tensões territoriais encontram-se postos desde a formação socioespacial da Amazônia, forjado pelos conflitos de diferentes agentes sociais inseridos na realidade da região (Porto-Gonçalves, 2017).

Acará e Moju são territórios que protagonizam conflitos com os territórios da palma. O primeiro conta com onze territórios quilombolas e o segundo, vinte e quatro, sendo que dois deles se apresentam nos dois municípios (Fundação Cultural Palmares, 2019). Quanto aos territórios indígenas, eles se apresentam em sete unidades no município de Moju, um deles na divisa de Moju-Acará (IBGE, 2019). Os projetos de assentamento se interligam ao município de Acará e contam com doze unidades e em Moju com cinco (MAPA, 2023).

Nos levantamentos feitos em fontes de jornais locais, data primeira reportagem tratando das denúncias de violência na região são de 2012. O episódio de violência teria ocorrido em uma situação de disputa entre os povos originários e o grupo AgroPalma (Glass, 2012).

Em 2014, chama atenção nestas reportagens, o assassinato de Artêmio Gusmão, líder da comunidade quilombola Mancaraduba no município do Acará. Vale destacar que essa comunidade quilombola estava em disputa com a Biopalma, por uma área nos arredores do território quilombola. Os conflitos se acirram com a política neoliberal do governo Jair Bolsonaro (2018-2021).

O ano de 2020, ano marca a compra da BioVale pelo grupo BBF, desencadeando diversos conflitos e violências nos municípios onde se concentra a produção da palma. Trata-se de, tensões e violências como espancamento, assassinato, tentativa de assassinato, poluição dos rios e das florestas. Foram muitas as denúncias dos povos do campo dessa região que na tentativa de fazer frente, combater a violência trazidas pelos projetos da palma (Martin e Backhouse, 2014).

O território dos povos do campo são organizados e pensados de formas distintas a partir das diferentes relações sociais que os compõem. O agronegócio une suas forças na organização do território para a produção de mercadorias e o campesinato e as comunidades que levam a frente suas re-existências e as diferentes projeções da vida.

As disputas e singularidades se ampliam nas oposições, das paisagens homogêneas das monoculturas do agronegócio e da pouca expressão de vida frente às apreensões heterogêneas do território camponês, da diversificação do solo e na existência de pessoas produzindo seus meios de vida (Fernandes, 2008).

Pensa-se nesse processo produtivo como etapa global de mercado que atende a necessidades superiores aos locais, pois, a “monocultura é, sobretudo, uma tecnologia de poder na medida em que, necessariamente, é uma produção que visa atender às necessidades não de quem produz, mas a terceiros, inclusive a um mercado distante” (Porto-Gonçalves e Leão, 2020, p. 722).

No Pará, à medida que a produção da palma avança, avança também o campo de disputas historicamente latentes no Brasil e nessa região da Amazônia. Seja pela apropriação privada da terra, pela transferência do trabalho camponês, seja pela tentativa de controle, do bem comum, por parte das empresas, que avançam para as comunidades com a finalidade de

ampliação do território da palma. Isto por sua vez, gera conflitos e a construção da justiça ambiental através de ações construídas pelos indígenas, quilombolas e camponeses da região.

Soubemos em campo que, as plantações de dendê chegam a ficar a 100 metros de comunidades rurais, o que desrespeita a zona de amortecimento - a distância entre áreas de proteção para os indígenas e o empreendimento de dendê. Miriam Tembê, presidente da Associação Indígena Tembê do Vale do Acará, relata as tensões entre a comunidade e a vizinhança:

A gente vive se sentindo perseguido, sem liberdade, sendo vigiado, tratados como criminosos, quando estamos só lutando em defesa do nosso território, da nossa terra, nossos igarapés. Tudo isso é direito garantido a nós por lei (Carneiro, 2022, n.p.).

Gomes (2018) ao discutir a inclusão dos camponeses na produção da palma apontou os “limites da inclusão” de comunidades camponesas ao agronegócio. Entreviú nessa relação impactos significativos ao modo de vida local. O discurso da inclusão social dos trabalhadores e do marketing da produção verde associado à produção de dendê impõem desvantagens aos trabalhadores, sendo eles impostos a rigorosos contratos, a obrigação de venda direta com as empresas e a perda de parte da produção do sítio:

[...] a forma de inclusão mediante integração às agroindústrias não tem levado em consideração as diferenças dos agricultores, em especial as suas agriculturas (como acontece com o oferecimento de assistência técnica unicamente para a produção de dendê). A prioridade da empresa reside, portanto, no aumento das produções para gerar a quantidade de óleo que se pretende obter com a nova indústria (Gomes, 2018, p. 79).

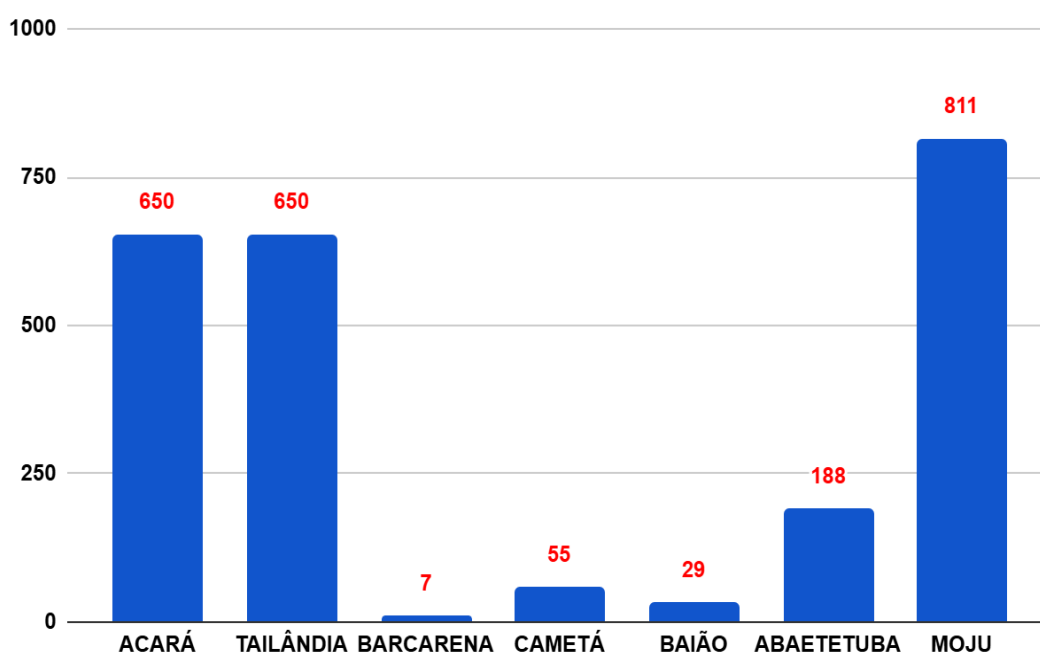
Neste contexto, a geografia desenhada na região se apresenta como porte para as empresas ampliarem seu processo de colonização das terras sobre os povos, visto que, a tal “inclusão” da agricultura familiar camponesa apresentada na lei, não representa a prática das empresas.

Na famigerada denominada de “Guerra do Dendê”, os povos tradicionais são vistos como subalternos ao grande capital monocultor, suas terras, água, alimentos e vidas são devastadas pela produção do óleo da palma (Harari e Freitas, 2022). Exemplo disso, pode ser observado nas ações apresentadas pelo Ministério Público do Pará (MPPA) que pediu a prisão e acusou acionistas do grupo BBF no ano de 2023:

O Ministério Público do Pará (MPPA) confirmou, nesta quarta-feira (26), que acusou e pediu prisão preventiva de Eduardo Schimmelpfeng, acionista da Brasil BioFuels (BBF), empresa exploradora de óleo de palma no Pará e envolvida na ‘guerra do dendê’; e do supervisor de segurança da empresa, Walter R. Ferrari, por crimes de tortura, roubo e danos contra a comunidade do Vale do Bucaia, no município do Acará, no nordeste do estado (Carneiro, 2023, n. p.).

As violências que marcam os territórios figuram enquanto dados pertinentes na RI Tocantins (Figura 3). De forma patente os índices de violência cercam a delimitação dos municípios, tendo Moju e Acará como destaque. Nesses territórios são evidentes as violações de direitos, disputas por terra, água e trabalho análogo a escravidão, ameaças de morte e assassinatos, tendo quilombolas, assentados e indígenas como principais sujeitos dessas violências. Os dados abaixo apresentados correspondem ao início do PNPB ano de 2022.

Figura 3: Índices de violência na RI Tocantins (2004 a 2022)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2004 a 2022)

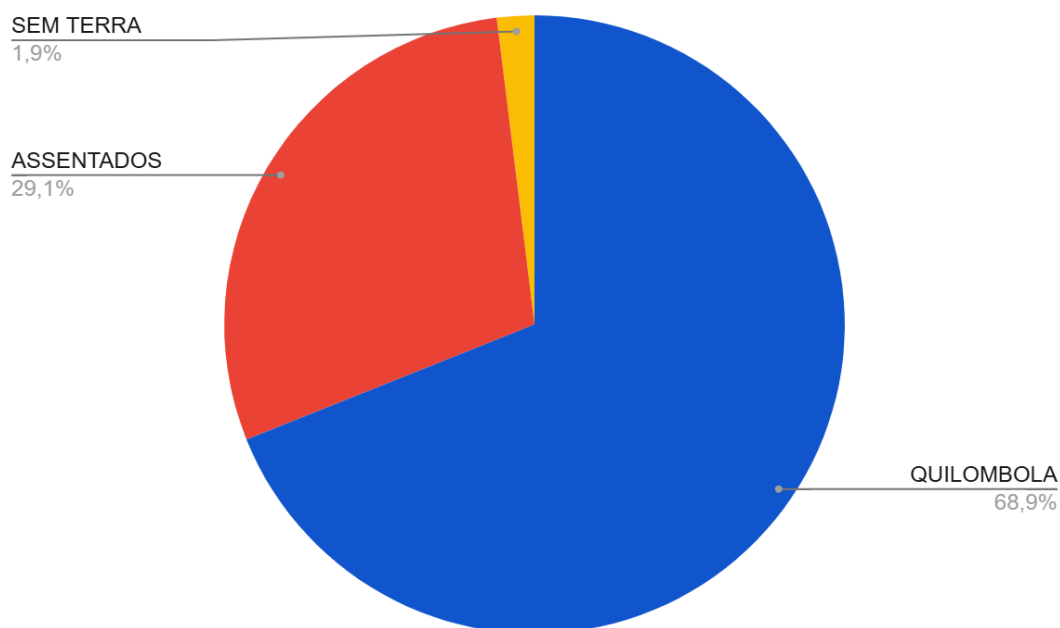
Elaboração: Autores (2024)

Os sinais das várias faces da violência na RI enfatizam sua presença nos municípios de maior expansão da dendeicultura (Figura 2), situando Moju como território com maior impacto das violências. A expansão do dendê no município, de Moju, tencionou esse território gerando repercussões sociais e ambientais especialmente nas comunidades próximas às áreas da empresa. Observamos que a violência, é estratégia de territorialização, provocando consequentemente inúmeras disputas estabelecendo um clima de constante ameaça a esses povos do campo.

Quanto às categorias (Figura 4) vislumbramos três grandes grupos detentores de maior impacto violento na RI. As comunidades quilombolas concentram a maior parte dos casos

(68,9%), seguidas por assentados (29,1%) e, em menor proporção, os sem-terras (1,9%). Os dados e a elaboração da figura possibilitam a visualização da magnitude e intensificação das tensões territoriais na região.

Figura 4: Categorias afetadas pela violência na RI Tocantins (2004 a 2022)



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2004 a 2022)

Elaboração: Autores (2024)

Os indicadores de vulnerabilidade da RI Tocantins indicam a violência como instrumento que corrobora para a permanência das desigualdades, bem como dos dados referentes à renda, à escolaridade e à saúde.

Em meio aos conflitos e disputas entendemos a força histórica de luta do campo como fator fundamental para a construção das justiça ambientais, formando componentes e armações fortalecedoras de seus territórios com significados diversos à vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia as dinâmicas territoriais e os processos de expansão da dendeicultura na Região de Integração do Tocantins e o reflexo de suas ações nas disputas históricas pelo controle da terra.

Em um contexto marcado por profundas desigualdades socioeconômicas e pela violência estrutural que atinge as comunidades, a análise do impacto do agronegócio revela tensões fundamentais entre o discurso do desenvolvimento sustentável e a realidade vivida por camponeses, quilombolas e indígenas.

Os resultados apontam que a monocultura do dendê, alicerçada em modelos de produção voltados à exportação, reforça práticas de exclusão social e subordinação econômica, reproduzindo padrões coloniais que fragilizam a autonomia das comunidades locais.

Neste sentido, a territorialização do capital se materializa não apenas por meio do avanço sobre terras tradicionalmente ocupadas, mas, através de mecanismos outros, como contratos desiguais e restrições à livre utilização dos recursos naturais. Tal dinâmica aprofunda as violações de direitos, evidenciando a urgência de respostas incisivas por parte das políticas públicas e dos movimentos sociais.

Sob uma perspectiva analítica, o conceito de território emerge como elemento central para compreender e confrontar as violências no campo. O território transcende sua dimensão material, incorporando aspectos simbólicos e afetivos que são essenciais para a resistência e reorganização das comunidades impactadas.

A dendeicultura na RI Tocantins é, portanto, não apenas uma atividade econômica, mas também um fenômeno sociopolítico que promove tanto a reprodução de desigualdades quanto a construção de novas formas de enfrentamento e a busca por justiça ambiental.

A dinâmica territorial observada na Região de Integração do Tocantins não apenas reflete um contexto de tensões socioambientais, mas aponta para desafios complexos na busca por alternativas inclusivas e sustentáveis que sejam capazes de preservar os direitos das comunidades locais e assegurar seu protagonismo no manejo e no uso das terras. Destacando desta forma as problemáticas em torno do avanço do dendê, caracterizam-se pela representação de padrões de desenvolvimento em economias de enclave, distantes das demandas reais das populações e com foco na ultra exploração da terra.

Para além dos impactos econômicos e ambientais, deve-se reconhecer a importância das territorialidades associadas às manifestações simbólicas aos territórios, que servem não apenas como espaços produtivos, mas como impulsionadores de identidades e resistências a partir dos corpos.

Ainda que os discursos oficiais frequentemente proponham soluções baseadas em paradigmas de sustentabilidade, tais propostas não incorporam de forma efetiva a

complexidade das interações territoriais na Amazônia. As violências estruturais e simbólicas presentes nas práticas de exploração intensiva, reforçam a necessidade de repensar os modelos hegemônicos de desenvolvimento e consolidar políticas públicas que efetivamente protejam os direitos territoriais e a independência das comunidades locais.

A pesquisa reafirma a relevância do debate crítico no campo das ciências geográficas para esclarecer os conflitos contemporâneos, colaborando não apenas com a ampliação do conhecimento científico, mas com a instrumentalização de agentes sociais que podem contribuir para a construção de um olhar crítico social.

A interface entre ciência, território e justiça social se constitui, portanto, como um campo indispensável de aprofundamento, demandando um esforço contínuo de análise, engajamento e transformação.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. P. V. *et al.* Economia e sociedade na região do Tocantins, Pará. **Papers do NAEA**, Belém, n. 259, p. 1-32, 2010. DOI <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v19i1.11355>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11355/7823>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL BIO FUELS S. A. (BBF). **Pará**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.grupobbff.com.br/onde-atuamos/para/>. Acesso em: 25 de jul. 2024.

CANTELMO, W.; LOBO, C.; GARCIA, R. A. Territorialismo e a política de desenvolvimento: estratégias de produção do território no Brasil. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 8, n. 16, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/22188>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CARNEIRO, T. Indígenas denunciam presença de milícias no conflito agrário em região de cultivo de dendê no PA; MP recomenda ação da Polícia. **G1**, [S. l.], p. n.p., 29 abr. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/04/29/indigenas-dizem-que-ha-presenca-de-milicias-atuando-em-conflito-agrario-em-regiao-de-cultivo-de-dende-mp-recomenda-atuacao-da-policia.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CARNEIRO, T. MP pede prisão de dono da BBF e chefe da segurança por tortura, roubo e dano; empresa é envolvida na 'guerra do dendê' no Pará. **G1**, [S. l.], p. n.p., 26 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/26/mp-pede-prisao-preventiva-de-dono-da-bbf-e-chefe-da-seguranca-por-tortura-roubo-dano-no-para.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CORDEIRO, I. M. C. C et al, (org.). **Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017. 323 p. ISBN 978-85-7295-118-0.

DROUVOT, H.; DROUVOT, C. **O Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma: a Questão da Participação dos Atores Locais em Favor do Desenvolvimento Territorial**. Rio de Janeiro, 2012. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGeT), 2012, Rio de Janeiro.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273 - 302.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração Tocantins**. Belém, 2019. Disponível em: https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/perfil_regiao_tocantins.pdf. Acesso em: 7 jan. 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Radar de Indicadores das Regiões de Integração 2022**. Belém, 2022. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2022/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 5 jan. 2025.

GLASS, V. Denúncias de violência e trabalho escravo envolvem cultura do dendê no Pará. **Repórter Brasil**, [S. l.], p. n.p., 21 dez. 2012. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2012/12/denuncias-de-violencia-e-trabalho-escravo-envolvem-cultura-do-dende-no-para/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GOMES, D. L. **Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: https://ppgaa.propesp.ufpa.br/dissertacoes_mafds/Turma%202016/Disserta%C3%A7%C3%A3o_D%C3%A9rickGomes_atualizada.pdf. Acesso em: 8 jan. 2025.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 55, 2023. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a61073>. Disponível em: <https://referenciabibliografica.net/a/pt-br/ref/abnt>. Acesso em: 4 jan. 2025.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 4 de jan. 2025

HARARI, I.; FREITAS, H. Cercados pelo dendê, povos tradicionais vivem terror em disputa fundiária com produtora de biodiesel. **Repórter Brasil**, [S. l.], p. n.p., 8 ago. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/cercados-pelo-dende-povos-tradicionais-vivem-terror-em-disputa-fundiaria-com-produtora-de-biodiesel/>. Acesso em: 4 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 24 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indígenas**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Territórios indígenas e quilombolas (PA)**. [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/base_de_informacoes_sobre_os_povos_indigenas_e_quilombolas/indigenas_e_quilombolas_2019/base_de_dados/UF. Acesso em: 15 jan. 2025.

LEÃO, A. S. R.; LEÃO, S. A. V.; BANDEIRA, F. de L. Dinâmicas produtivas do dendê no estado do Pará. **Cadernos Cajuína**, Teresina, ano 1, v. 8, n. 3, p. 23, 2023.

MACEDO, C. O.; SOUSA, R. B. Novos Projetos, Velhas Práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 302–331, 2015. DOI: <https://doi.org/10.36449/rth.v19i1.10740>. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/10740>. Acesso em: 05 set. 2024.

MARIN, R. E. A.; BACKHOUSE, M. Guerra do Dendê. **Boletim Informativo**, Belém, n. 9, p. 2 - 23, 2014. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2017/08/09-expansao-dende-para.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Assentamentos - Relações de Projetos**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 7 jan. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 2010. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13521>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521>. Acesso em: 14 jan. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C. da R. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na Ruptura Política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 712–767, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12500. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12500>. Acesso em: 7 jun. 2024.

SANTOS, L. S.; NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. dos. A formação da dendeicultura na Amazônia: vertentes históricas de sua consolidação. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 35 Abr., p. 01–31, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT153501>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51719>. Acesso em: 12 set. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE (SEMAS). **Unidades de Conservação**. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/analise/ar/unidade-conservacao.php>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, C. dos S. **Desafios e possibilidades do sistema agrário do dendê no Brasil: aproximações com o Pará e a Bahia**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOUSA, R. B. de; MACEDO, C. O. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, ed. 71, p. 525 - 549, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p525>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p525>. Acesso em: 02 set. 2024.

ZIBECHI, R. El estado de excepción como paradigma político del extractivismo. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 75, p. 145 - 160, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB-2022v75spe.0009>. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abp/article/view/56512>. Acesso em 03 set. 2024.